



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

JUVENTUDES E EDUCAÇÃO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

JULIANA MOREIRA DIAS¹

VERA NÚBIA SANTOS²

RAFAEL GONÇALVES SANTOS³

RESUMO:

Esta reflexão teórica, de cunho crítico-dialético, objetiva apresentar reflexões sobre a inserção de jovens na educação pública. Ao apontar dados sobre a participação da juventude na educação, busca-se analisar o papel dos programas implantados para a sua plena efetivação. Conclui-se indicando os limites de superação da hegemonia burguesa e os seus reflexos para as juventudes na contemporaneidade.

Palavras-chave: Juventude. Educação. Cenário contemporâneo.

ABSTRACT:

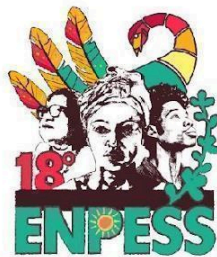
This theoretical reflection, of a critical-dialectical nature, aims to present reflections on the inclusion of young people in public education. By pointing out data on youth participation in education, we seek to analyze the role of the programs implemented in their full implementation. It concludes by indicating the limits of overcoming bourgeois hegemony and its consequences for contemporary youth.

Keywords: Youth. Education. Contemporary setting.

¹ Universidade Estadual de São Paulo

² Universidade Federal de Sergipe

³ Universidade Estadual de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Introdução

Observar a juventude é um exercício ao mesmo tempo de fascínio e de inquietação. As questões que permeiam o evoluir desse segmento permitem compreender a própria dinâmica da sociedade, e, ao lembrar a força política que os envolveram no século XX (Hosbsbawm, 1995) podemos, em princípio, associar algumas mudanças que operaram a vida cultural da sociedade a partir desse grupamento.

Segundo Oliveira (2018), no capitalismo industrial, analisava-se que a juventude poderia colocar em risco a suposta regularidade presente na sociedade, devendo-se adotar medidas rigorosas com vistas a impedir a continuação de procedimentos “desviantes” que levavam os/as jovens a contrariar a ordem vigente. Por um extenso período, a juventude não recebeu reconhecimento, uma vez que precisou assumir precocemente atribuições pertencentes aos adultos, sendo os/as filhos/as da elite os/as únicos/as a usufruírem por mais tempo a possibilidade de ser jovem. O primeiro quarto do século XXI, entretanto, aponta para a necessidade de apreender as diferentes formas de ser jovem, e os desafios associados a esse movimento devem passar pela capacidade de perceber as particularidades a esse segmento associadas, e uma delas reside na sua relação com a Educação.

Como percurso metodológico, o presente estudo bibliográfico, ancorado ao referencial crítico-dialético, possibilitará apreender o processo de mediação entre as categorias trabalho e juventude, assim como de seus principais tensionamentos para a construção de projetos de vida para as juventudes. Inquieta-nos e desperta bastante curiosidade a atual conjuntura em que se encontram os/as jovens da atualidade. São perguntas do tipo: Por que tantos/as jovens não continuam os estudos, param no ensino fundamental? Por que muitos/as daqueles/as que se matriculam no ensino médio não se interessam em cursar uma faculdade? Quais são os/as jovens que não se interessam em fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou o vestibular? Seria falta de informação, orientação ou de incentivo por parte da família ou mesmo da escola?

I. Notas reflexivas acerca da relação entre as categorias educação, trabalho e juventude

Importa considerar que abordar sobre a juventude na conjuntura atual e as inquietações aqui sinalizadas permite ir além da inserção no espaço escolar e o anseio que circundam esse segmento. O autor Ivo Tonet (2009) aborda um certo aspecto da educação partindo do ponto de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

vista marxista, buscando primeiramente a estrutura mais ampla do seu pensamento para tratar do sentido da área educativa dentro desse cenário estrutural. Dessa forma, Tonet (2009) inicia este trajeto identificando a característica essencial do pensamento de Marx, para, em seguida, compreender sua obra por inteiro e as diversas temáticas nela analisadas.

Para Tonet (2009), o que destaca o pensamento de Marx é a radicalidade tanto de natureza crítica quanto de natureza revolucionária. Para Marx, o significado desta radicalidade é ontológico, ou seja, é a identificação das determinações essenciais e gerais do ser social que propicia chegar à sua raiz. Tal identificação também favorece o entendimento de forma totalmente nova da história da humanidade e realiza a crítica da organização social comandada pelo capital. E essa identificação ainda propicia enxergar a perspectiva real de um tipo de sociabilidade para além do capital e superior a ele em termos de humanidade.

Neste sentido, a análise acerca da temática da educação deve ser antecedida de um entendimento geral do ser social para que seja possível uma compreensão sobre a educação, que é somente uma etapa do ser social em sua totalidade. A compreensão do que é o ser social e seus determinantes mais amplos que o diferem completamente das suas formas naturais é condição indispensável para impedir o comando da subjetividade no que se refere ao conhecimento. Marx e Engels (1984 *apud* Tonet, 2009) afirmam que é necessário partir da realidade, do concreto e daquilo que pode ser comprovado para compreender a história. Conforme eles, é necessário observar os indivíduos de carne e osso e o que fazem. Ao analisá-los, verifica-se que o ser humano tem que trabalhar para existir, tem que transformar a natureza de maneira intencional.

Para Marx, em *O capital*, o trabalho é uma mediação entre o homem e a natureza por meio do qual se produzem os itens necessários à sobrevivência humana. Tal mediação, necessária à humanidade, “é uma síntese entre subjetividade e objetividade, vale dizer, entre consciência e realidade objetiva natural” (Tonet, 2009, p. 5). Conforme Marx, o homem planeja previamente na consciência a finalidade a ser alcançada e age de forma intencional sobre a natureza, criando uma nova realidade, totalmente distinta daquela natural. Estamos falando da realidade social. E, ao mudar a natureza, o próprio homem também muda. Assim, o homem fabrica itens, produz-se e produz suas relações sociais.

Nesse contexto, o trabalho é radicalmente histórico, uma vez que a inteira composição do ser social, incluindo a essência humana, é formada no decorrer desse processo, ou seja, não existe nada que componha o ser social que seja de ordem divina ou exclusivamente natural. O



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho também é radicalmente social porque toda a composição do ser social resulta das relações humanas. Além disso, ao analisar a categoria trabalho, é possível observar como ocorre a relação entre subjetividade e objetividade. No decorrer da trajetória do pensamento ocidental, favoreceu-se a subjetividade no conceito da especificidade do ser humano. No entanto, Marx comprovou que o trabalho é uma síntese entre objetividade e subjetividade, de forma que a característica essencial do ser social é a práxis, vale dizer, uma atividade em que se associam as duas categorias, dando origem ao ser social. Disso, resulta que a divisão entre trabalho manual e intelectual não é natural, mas resulta de uma forma de relação humana enquanto ocorre a transformação da natureza.

No entanto, o trabalho é fundante, porém é somente uma das etapas da realidade social, da qual fazem parte também a educação, a linguagem por exemplo, e compõem o ato do trabalho desde sua origem. Outras etapas irão aparecer ao passo que a sociedade se complexifica devido à ampliação das forças produtivas. Assim, pode-se afirmar que, entre o trabalho e as demais atividades, há uma relação de dependência ontológica delas em relação ao trabalho, pois cada uma delas não resulta do trabalho de forma mecânica, e de determinação recíproca, pois todas se relacionam entre si.

Conforme Lukács *apud* Tonet (2009), a característica mais marcante da teoria de Marx é o destaque da categoria da totalidade, que é o conjunto de partes articuladas entre si em processo constante de mutação em determinação recíproca, cada uma influenciando as outras. Por esse motivo, para conhecer determinada parte dessa totalidade, é necessária uma teoria geral do ser social. E, como o ser social é uma totalidade em processo, é necessário buscar a origem e a função social de toda parte que se queira conhecer. Entendendo por origem o fundamento do qual se parte e função social pelo papel que a parte possui na reprodução do ser social, pois é procurando a origem e a função social que se conhece o aspecto mais profundo de qualquer parte da realidade social.

Nessa perspectiva, ao observarmos o ato do trabalho com mais cuidado, percebemos que sua realização se relaciona instantaneamente com outras categorias, como a socialidade, primeiramente. Mesmo que seja feita por um único homem, completamente isolado, sempre é um ato social. Em seguida, vem a linguagem, pois toda atividade social acarreta comunicação, e, em terceiro lugar, a educação, pois os indivíduos nascem com pouca complexidade. Eles precisam se apropriar de um conjunto de valores, comportamentos e conhecimentos para se inserir na totalidade social. Esta é a função social da educação. (Tonet, 2024)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse sentido, a educação possui natureza conservadora, já que colabora para preservar o patrimônio humano adquirido e, por esse motivo, possui sentido positivo. Nesse contexto, a própria educação não determina seu sentido, já que não são educadores/trabalhadores da área educacional nem o Estado ou outros setores da sociedade que estabeleceu os seus fins. Estes entes organizam a forma concreta da educação, mas não seu significado mais íntimo. E, como o trabalho é a categoria fundante do ser social, é lógico que, em cada tempo e espaço da história, um tipo determinado de trabalho será o chão de determinado tipo de sociabilidade e, assim, de um certo tipo de educação. (Tonet, 2024)

Desse modo, tem-se aqui um modelo da relação entre trabalho e os demais momentos da totalidade social e de todos entre si: dependência ontológica, já que a educação tem sua sede na maneira como os homens se relacionam para alterar a natureza; autonomia, uma vez que a educação se constrói como uma área e um papel próprios, distintos do trabalho; e determinação recíproca, em razão da reciprocidade entre a educação e os demais momentos que fazem parte da totalidade social. Pelo fato de o trabalho ser a categoria fundante do ser social e de qualquer tipo de sociabilidade, é ele que é central no processo de mutação da sociedade e não a educação.

Partindo dessas considerações, observamos a imensa e fundamental distinção entre a educação existente nas comunidades primitivas e a que é fornecida na sociedade de classes. Nas comunidades primitivas, existia o bem comum e a tarefa de educar cabia a todos os membros da comunidade, não a pessoas especializadas, e todas as pessoas eram atendidas. Não havia divisão da educação que privilegiasse certos grupos sociais, pois não existia divisão social do trabalho. Com o surgimento da propriedade privada, a sociedade foi dividida em classes, o homem começou a explorar outros homens, iniciou-se a divisão social do trabalho e a alienação, impactando profundamente a humanidade, como as mudanças sofridas pela natureza do ser social. A comunidade deixa de existir, pois foi dividida em grupos sociais antagônicos. Com a divisão social do trabalho, houve a separação entre os indivíduos que produzem a riqueza e os que dela se apropriam de forma privada. Além disso, ocorreu a separação entre trabalho manual e intelectual, em que este recebeu privilégio.

Essa imensa alteração no processo de trabalho provocou profundas mudanças em todas as esferas e dimensões da vida social. A educação, por exemplo, passa a ser privatizada, ou seja, estruturada para o atendimento dos interesses das classes dominantes, com uma educação voltada às classes trabalhadoras, que desempenham trabalho manual e uma educação destinada às classes dominantes, que produzem o trabalho intelectual. No entanto, a burguesia se levanta



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

anunciando a igualdade natural de todos/as. Entretanto, o ideário do capital, por manifestar o seu próprio caráter, causa uma relação intrínseca entre desigualdade real e igualdade formal. Nesse cenário, igualdade se limita aos aspectos jurídico e político enquanto a universalização precisa ser desigual no que se refere aos conteúdos e à sua abrangência efetiva.

Nesse contexto, a burguesia surge e se constitui tendo o ser humano singular como pilar. Na ideologia burguesa, o indivíduo está anterior à sociedade de forma que o que ele será é efetivamente intrínseco ao quanto se esforça individualmente. A ideologia educacional da classe dominante se percebe envolvida em uma contradição entre teoria e prática, pois destaca o direito universal à educação e a importância da formação integral do indivíduo. Contudo, a realidade objetiva dificulta a universalidade da educação e contesta a viabilidade da formação integral.

A ideologia educacional burguesa favorece a subjetividade, porém, o indivíduo é formado por subjetividade e objetividade, não sendo possível analisá-los isoladamente. Existem determinação recíproca entre a subjetividade e a objetividade e determinação ontológica do último sobre o primeiro, tornando impossível o desenvolvimento total e harmonioso da subjetividade sem conformar de igual modo a objetividade. Vale dizer que “onde há divisão social do trabalho, onde há desigualdade social, exploração e dominação do homem pelo homem, é impossível uma educação voltada para a formação integral do ser humano.” (Tonet, 2009, p. 14)

Conforme mencionado anteriormente, o trabalho é a categoria que funda o ser social, já que, é por meio dele que os homens se distinguem dos outros seres naturais, de uma atividade que somente o ser humano realiza e que estabelece as demais práticas por ele desenvolvidas. A educação é uma dessas práticas que deriva do trabalho, compondo um sistema social que faz parte da totalidade da vida social. Dessa forma, o trabalho está no campo da produção social enquanto a educação está no campo da reprodução social. Isso significa que o conhecimento que os homens produzem na relação com a natureza que é permeado pelo trabalho estabelece uma gama de conhecimentos que se tornam essenciais “na esfera da reprodução social, ou seja, de manutenção, continuidade e mudanças na dinâmica da vida social” (Almeida, 2021, p. 1). Assim, as práticas estruturam socialmente o modo

[...] como esses conhecimentos teóricos, práticos, tecnológicos, científicos e culturais serão produzidos (incluindo aí também por quem serão), como serão transmitidos, acessados e incorporados ao cotidiano da vida social, integram esse amplo complexo da educação (Almeida, 2021, p. 1).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Durante séculos, trabalho e educação permaneceram próximos no que se refere à estruturação dos modos de produção e reprodução social específicos de cada período humano, já que, até o início do capitalismo, famílias trabalhavam e entendiam como se cuida da terra no mesmo local. Na sociedade capitalista, ocorre uma divisão oriunda da oposição entre a classe que produz a riqueza e a classe que dela se apossa como parcela desse processo de acumulação permanente. Portanto, há uma separação entre a educação e o trabalho em diversos sentidos e dimensões, em que aquela se desloca para a esfera da família e de outras instituições sociais, como a escola (Almeida, 2021, p. 1).

A gradativa interferência do Estado burguês na organização dos processos educacionais foi determinada pela necessidade de delimitação de espaços sociais no campo da produção e do domínio político da assimilação de valores referentes a essa função, do domínio científico, cultural e técnico. A educação passou a ser institucionalizada e a política de educação é uma delimitação de práticas educacionais específicas de um período histórico, estabelecidos

pela correlação de forças que a luta de classes alcança, estruturada pelo Estado em sua relação com a sociedade civil no exercício contraditório de suas funções de estabelecimento de consenso, coerção e garantida da reprodução social da força de trabalho visando assegurar as condições gerais de reprodução ampliada do capital (Almeida, 2021, p. 2).

Conforme assinala Saviani (2007), trabalho e educação são atividades humanas em razão de uma característica essencial, que é a racionalidade. Inicialmente, trabalho e educação eram processos que ocorriam concomitantemente, já que, na comunidade primitiva, o homem aprendia como produzir os meios para sua existência durante o próprio ato e transmitia esse processo para a nova geração. Trabalho e educação eram atividades realizadas de forma coletiva, pois não existia a divisão dos homens em classes.

Com o avanço da produção, o trabalho passou a ser dividido e a terra foi apropriada de forma privada, rompendo a unidade presente na comunidade primitiva e ocasionando a divisão do homem em classes sociais, neste caso, a classe dos proprietários e a classe dos que não possuem terra. Como se sabe, é preciso trabalhar para existir, porém, com o surgimento da propriedade privada, a classe de proprietários passou a não trabalhar, vivendo do trabalho dos não proprietários ou escravizados. No modo de produção escravista, a educação também passou a ser dividida em duas dimensões: uma educação destinada aos homens livres, voltada para



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conteúdos intelectuais, para a oratória e atividades físicas, e uma educação para as pessoas escravizadas, incorporada ao próprio processo produtivo.

A escola surgiu a partir do primeiro formato de educação, já que a palavra escola significa tempo livre, sendo o espaço destinado aos que possuíam esse tempo. Esse novo modelo de educação tornou-se a referência em razão de sua particularidade, consolidando o afastamento entre trabalho e educação. É a partir desse período que a educação passa a ser institucionalizada, organizada na forma escolar, alcançando a condição de principal modelo na contemporaneidade. Na Idade Média, essa instituição é marcada pela religião católica. Desde seu surgimento, esse espaço foi colocado do lado intelectual, constituindo-se em um meio para a formação de dirigentes que se preparavam para atuar em guerras como líderes militares, na administração como líderes políticos, na oratória e no conhecimento de fatos naturais e sociais.

O desenvolvimento das forças produtivas impulsionou o avanço da economia durante a Idade Média, originando o comércio, a sociedade capitalista, cuja troca estabelece o consumo. A produção passa a ocorrer na cidade e na indústria, com a conversão do saber em potência material. O domínio da leitura é uma imposição geral à sociedade e a escola é o equipamento por excelência para propiciar o acesso à cultura intelectual, erguida no modelo principal de educação. Esse processo ocorreu de forma mais recorrente durante a Revolução Industrial. Os ofícios se tornaram simplificados após o surgimento da indústria moderna, diminuindo a importância de qualificação específica, através do ingresso das máquinas que passaram a realizar a maior parcela do trabalho manual.

[...] Pela maquinaria, que não é outra coisa senão trabalho intelectual materializado, deu-se visibilidade ao processo de conversão da ciência, potência espiritual, em potência material [...] (Saviani, 2007, p. 158).

Nesse contexto, a máquina materializou os papéis intelectuais no processo de produção e a escola materializou estes papéis na sociedade. Com os reflexos da Revolução Industrial, as principais nações mundiais comandaram a estruturação de sistemas educacionais com o intuito de generalizar a escola básica.

No entanto, foi necessária uma série de tarefas relacionadas às máquinas, a exemplo de trocas, consertos, as quais impunham qualificações específicas, resultantes a partir de uma preparação intelectual. Tal lacuna foi preenchida pelos cursos profissionais, estruturados no interior da empresa ou mesmo da escola, com referência no parâmetro escolar e orientadas de

forma direta pelas demandas do processo de produção. Portanto, a escola voltada a uma educação generalizada se cruzou com a escola profissional no sistema educacional.

No Brasil, a escola unitária iguala-se à atual etapa da educação básica, composta pelos níveis fundamental e médio. O nível fundamental está estruturado a partir da forma como a sociedade está organizada. Para ser membro ativo desta sociedade, é necessário que o cidadão domine os conhecimentos básicos relacionados à leitura, escrita, matemática, ciências naturais e as ciências sociais, além do conhecimento relacionado ao modo de organização social, correspondendo à história e geografia. “[...] No ensino fundamental, a relação entre trabalho e educação é implícita e indireta [...]” (Saviani, 2007, p. 160). Isto, uma vez que é a categoria trabalho quem designa e estabelece a característica do currículo escolar nessa etapa, sendo a escola um equipamento por meio do qual os membros da sociedade se apossam para o seu ingresso na sociedade.

No âmbito do ensino médio, a relação entre educação e trabalho deverá ocorrer de maneira realizada explícita e direta, sendo necessário evidenciar de que forma o conhecimento e a ciência são materializados no processo produtivo. Esse processo deve incluir os domínios teórico e prático acerca da forma como o conhecimento é articulado ao processo de produção, a exemplo da transformação de matérias como madeira e metal pelo homem nos mais diversos objetos e mesmo instrumentos utilizados na indústria, na fábrica.

[...] No trabalho prático com madeira e metal, aplicando os fundamentos de diversificadas técnicas de produção, pode-se compreender como a ciência e seus princípios são aplicados ao processo produtivo, pode-se perceber como as leis da física e da química operam para vencer a resistência dos materiais e gerar novos produtos [...] (Saviani, 2007, p. 161).

O ensino médio tem como objetivo proporcionar a estudantes o domínio das diversas bases técnicas utilizadas no processo produtivo, sendo uma formação importante para todos/as. Por fim, a incumbência de estruturar a cultura superior como modo de propiciar à comunidade em geral que participe totalmente do universo cultural em sua forma mais aprimorada cabe à educação superior. Desse modo, ao ensino superior é atribuída a tarefa de disponibilizar a toda a sociedade a divulgação e o debate acerca das grandes questões que atingem a humanidade contemporânea para além da formação de profissionais de grau universitário.

II. Projetos para a juventude e a educação pública brasileira



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Na fase do capitalismo industrial, a juventude era encarada como um risco à sociedade, os jovens eram vistos como “rebeldes” e não eram reconhecidos. Dessa forma, iniciou-se um processo de inquietação e questionamento pelos jovens acerca da função que lhes foi desprezada pela sociedade. Conforme Cassab (2011 *apud* Oliveira, 2018), a juventude era encarada como um problema e, no início do século XX, por esse motivo, se tornou o foco de atuação das políticas públicas e das ciências com o intuito de conter comportamentos dos jovens que divergissem dos padrões morais preestabelecidos para a manutenção da ordem social, sendo adotadas medidas repressivas.

Consequentemente, os jovens eram considerados indivíduos geradores de distúrbios sociais e dos problemas existentes na sociedade. Esse pensamento levou ao entendimento da juventude como um grupo homogêneo, que vivencia as mesmas dificuldades e iguais oportunidades. No entanto, autores como Pais (1990 *apud* Oliveira, 2018) afirmam que, na verdade, a juventude se trata de um grupo heterogêneo, com demandas, possibilidades e opiniões diversas, sendo adequado o uso do termo juventudes, no plural.

Nessa direção, a juventude passa a receber maior destaque no Brasil por volta dos anos 2000, quando o Programa Mundial de Ação para a Juventude foi aprovado, havendo “o reconhecimento de que os jovens são essenciais para colaborar com o enfrentamento dos desafios existentes na sociedade e às gerações futuras” (Oliveira, 2018, p. 12). A juventude, então, passa da condição de origem de “problemas” para ser uma parcela significativa da sociedade, com o entendimento de que os jovens são sujeitos de direitos, que apresentam necessidades peculiares, sendo esse aspecto relevante para a elaboração de políticas públicas. A realização da 1ª Conferência Nacional da Juventude em 2008, que reuniu diferentes lideranças de organização do movimento de jovens foi uma ação do governo federal no tocante à elaboração de política voltada à juventude que considerou a compreensão da própria juventude acerca do tema.

A juventude representa uma das etapas da vida em que a realização de escolhas referentes à vida profissional está mais latente. No que se refere ao aspecto sociológico, a juventude é um momento em que os indivíduos estão se preparando para realizar funções de adultos, nos âmbitos familiar e profissional da sociedade, compreendendo a faixa etária de 15 a 24 anos (Silva; Lopes, 2009 *apud* Klein; Arantes, 2016). Atualmente, há um prolongamento da adolescência, que está deixando a casa paterna apenas aos trinta anos, especialmente nas classes dominantes (Sheehy, 2003, *apud* Klein; Arantes, 2016). Isto devido às transformações sociais vivenciadas no mundo contemporâneo, que colaboram para um futuro incerto.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Conforme as reflexões de Klein e Arantes (2016), os jovens têm a oportunidade de buscar possibilidades para satisfação de seus desejos, porém, isso nem sempre se converte em realidade, pois muitos deles demonstram desorientação quanto à realização de escolhas e encontram obstáculos para estabelecerem um rumo, definirem metas e desenvolverem habilidades indispensáveis aos seus propósitos.

Diante de um mundo imprevisível, instável e repleto de oportunidades, ter metas de vida estáveis pode ser uma maneira de guiar as escolhas de cada indivíduo, buscando significados que são duradouros e capazes de transcender interesses imediatos e individualistas. (Klein; Arantes, 2016, p. 139)

Para as autoras, nesse novo cenário, ser jovem é diferente do que em décadas anteriores, em termos de qualidade. Os desafios relativos a um horizonte indefinido e inesperado necessita de outro modelo de formação. Ademais, localizar projetos de vida depende da gama de oportunidades de cada indivíduo, da qual a escola é parte componente, pois propicia aos discentes diversas vivências capazes de colaborar para a identificação e a realização de projetos de vida.

Nesse sentido, a escola ocupa posição fundamental no reconhecimento social da esfera juvenil, já que os aspectos formativo e transitório conferidos a essa etapa vital se estabelecem com a ampliação da educação escolar. No entanto, a escola enfatiza que o significado da educação se refere ao futuro, não considerando as experiências dos seus estudantes vivenciadas no tempo presente, já que destaca a obtenção do diploma e os planos de futuro. Assim, “a ênfase não recai sobre o significado do que a escola tem no momento presente para o jovem, ou seja, na relação que ele pode estabelecer entre o que vive dentro da escola com aquilo que vive fora dela [...]” (Klein; Arantes, 2016, p. 140).

Com a ampliação do acesso à educação escolar a todas as camadas da sociedade, novos propósitos surgem dos estudantes assim como diversos modos de compreensão e significados de suas vivências. Para Fanfani (2000 *apud* Klein; Arantes, 2016), uma parte da juventude visualiza a escola como uma exigência, outra parcela vê nessa instituição uma oportunidade para alcance de vantagens a longo prazo, a exemplo de acesso ao ensino superior, emprego formal, obtenção do diploma e, por fim, alguns jovens enxergam na escola um lugar que lhes desperta o interesse pelo conhecimento.

Em um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas acerca dos motivos que levam discentes a abandonarem a escola, concluiu-se que não há interesse destes pelo conhecimento



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(Holanda, 2009, *apud* Klein; Arantes, 2016). Isso leva a pensar que o significado que os estudantes atribuem às vivências escolares deve estar relacionado com seus projetos vitais. (Klein; Arantes, 2016). A possibilidade de escolher objetivos que orientam o caminho de sua vida é constitutiva do ser humano. Devem-se considerar seus projetos na formação humana, os quais são pautados por valores que direcionam sua vida. A vivência escolar é um componente dessa formação, portanto, é relevante pensar acerca dessa relação entre as vivências na escola e os projetos vitais.

Um projeto de vida “[...] Trata-se de uma razão motivadora que dota de significado as metas que orientam a vida cotidiana [...]” (Damon, 2008, *apud* Klein; Arantes, 2016, p. 136). Dessa forma, os jovens presentes na universidade veem no ensino superior a realização de parte de seus projetos de vida. Para muitos, acessar os espaços da universidade consiste na concretização de um sonho, vários deles afirmam que são os primeiros da família a cursarem uma graduação. Pode-se depreender que estes jovens atribuem a um curso em uma universidade federal um significado e um valor, que pode ser a realização de seus objetivos pessoais ou até mesmo a oportunidade para adentrarem no mercado de trabalho com uma formação profissional qualificada.

Para tentar responder àquelas perguntas feitas no início deste artigo, recorreremos ao Censo da Educação Básica realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em que foram realizadas 7,7 milhões de matrículas no ensino médio no ano de 2023. Em relação a 2022, houve uma redução de 2,4% neste quesito. Segundo a PNAD Continua Educação, 75,0% dos jovens de 15 a 17 anos estavam cursando o ensino médio ou haviam concluído esse nível em 2023, dos quais 78,2% eram mulheres e 71,9% eram homens. No que se refere à cor ou raça, 80,5% eram pessoas brancas e 71,5%, pessoas pretas ou pardas. Entre as pessoas de 18 a 24 anos, 30,5% estavam estudando algum curso. Destes jovens, 21,6% estavam em cursos da educação superior e 8,9% ainda frequentavam algum curso da educação básica. Já 4,3% haviam concluído o ensino superior e 65,2% não estavam na escola. No entanto, há uma parcela enorme de jovens fora da escola. Considerando os jovens de 14 a 29 anos, nove milhões não concluíram o ensino médio, em razão de terem abandonado a escola antes da conclusão desta etapa ou de nunca a terem frequentado. Nesse universo, 58,1% eram homens e 41,9% eram mulheres. Quanto à cor ou raça, 27,4% eram brancos e 71,6% eram pretos ou pardos. Este indicador de raça deixa evidente elementos do racismo estrutural e institucional fazendo com que os espaços de escolarização não sejam inclusivos e diversificados.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Quando questionados acerca da principal razão de terem abandonado ou nunca frequentado escola, esses jovens indicaram como primeiro fator a necessidade de trabalhar como primeiro fator, sendo 41,7% em 2023. O segundo principal motivo foi a falta de interesse dar continuidade nos estudos, chegando a 23,5% em 2023. De acordo com a Pnad Contínua Educação 2023, seguem alguns dados referentes ao abandono escolar em 2023:

Tabela 1 – Motivos de abandono escolar

Motivo	Percentual
Precisava trabalhar	41,7%
Não tinha escola na localidade, vaga ou turno desejado	2,8%
Por gravidez	9,7%
Tinha de realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas	4,4%
Problemas de saúde permanente	3,9%
Não tinha interesse em estudar	23,5%
Outros motivos	14,0%

Fonte: Pnad Contínua, 2023.

Para ampliar o leque de respostas às questões levantadas na introdução do texto, recorreremos à pesquisa feita por Senkevics e Carvalho (2023), realizada junto a jovens provenientes de setores populares do Distrito Federal. São jovens que, em sua maioria, possuem pais com pouca escolaridade e que se encontram angustiados/as ou temerosos/as quanto ao que fazer após o término da educação básica. Se trabalham, encontram-se na informalidade; se não trabalham, ou procuram emprego em um contexto precário acentuado pela crise ou conversam com a família para aumentar o período destinado ao ingresso no mercado. Os/as jovens afirmaram se sentir sobrecarregados/as e solitários/as nessa caminhada e que precisam fazer sacrifícios. No entanto, observam que existe um nível de destaque em suas próprias ações, em que a meritocracia é um princípio norteador da ação. Alguns dos/as jovens entrevistados/as se declararam dedicados/as por anos a cursinho preparatório para o vestibular e aos estudos, tendo que ouvir de parentes que é impossível pobre cursar Medicina ou que poderia fazer concurso público em vez de ensino superior ou ainda que é mais sensato buscar um emprego. Outros/as jovens observam que é plausível usufruir melhor seu tempo, se envolvendo em uma atividade vantajosa que lhe dê retorno a menor prazo do que continuar “no limbo” (Senkevics; Carvalho, 2023).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Um dos jovens informou que está à procura de emprego no setor administrativo, tendo enviado currículo, mas não conseguiu. Outra jovem afirmou encontrar obstáculos para encontrar emprego, procurando estágio ou qualquer trabalho remunerado desde os 14 anos sem sucesso, exceto no período da noite em razão da insegurança. Ainda outro entrevistado indicou a disponibilidade para qualquer trabalho que encontrasse. Nestes casos, a prevalência é pelo sustento, “[...] seja ele qual for e por qualquer meio, de modo que o vestibular é uma entre outras alternativas que podem surgir em suas vidas” (Senkevics; Carvalho, 2023, p. 9). As barreiras colocadas aos/às entrevistados/as os/as levam a pensar se insistem no ensino superior. Essa incerteza é o lugar de tensão entre uma conduta meritocrática, em que vale a pena o esforço e a recompensa e uma conduta pragmática, em que ceder às possibilidades que aparecem por trajetos menos exigentes de estudo seria mais viável. As opções que provêm o sustento e os cursos e as instituições menos difíceis de ingressar se sobrepõem. Um dos jovens demonstrou abertura às oportunidades e gratidão por poder estudar em um cursinho, ainda que precise acordar mais cedo aos sábados. Este mesmo ingressou em um curso de uma universidade privada com bolsa de estudos. Já para outros jovens, alcançar o curso pretendido aparece como um direito e pelo qual é válida a luta.

Os/as jovens entrevistados/as atribuem a si mesmos/as a responsabilidade pelo seu êxito ou derrota, retirando-a dos familiares, da escola ou do cursinho. No entanto, há aqueles/as que corresponsabilizam a escola, que não os/as preparam nem os/as informam suficientemente acerca dos processos seletivos, como o vestibular. Uma parcela de estudantes deseja uma escola que tenha o papel social evidente: assegurar a aprovação no vestibular ou Enem. Estas denúncias ao sistema de educação e à escola se devem ao fato de eles/as reconhecerem que o processo de escolarização não os/as levou a uma conduta de estudante autônomo/a.

Diante disso, os governos federal e estadual vêm investindo de duas formas para fazer frente a esse quadro de abandono escolar por parte dos/as jovens. Em nível federal, o Pé-de-Meia é um programa de estímulo financeiro-educacional destinado a estudantes matriculados/as no ensino médio público cujas famílias sejam beneficiárias do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Ele funciona como uma poupança voltada a propiciar a permanência e a conclusão dos estudos nesse nível de ensino. Seu objetivo é democratizar o acesso e diminuir a desigualdade social entre os/as jovens, além de propiciar a inclusão educacional e incentivar a mobilidade social. Quando comprovar matrícula e frequência escolar, o/a estudante será contemplado/a com o valor mensal de R\$ 200, que pode ser retirado em qualquer momento. O/a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

beneficiário/a do Pé-de-Meia também poderá receber R\$ 1.000 ao final de cada ano concluído, que só podem ser sacados da poupança após o término do ensino médio. Considerando as parcelas mensais, anuais e o adicional de R\$ 200 pela realização da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os valores totalizam R\$ 9.200 por estudante.

No nível estadual, temos as escolas em tempo integral que funcionam em tempo único (integral). Têm como foco a formação de jovens por meio de uma estrutura curricular diferenciada e com metodologias específicas, apresentando aos estudantes do Ensino Médio oportunidades de se sentirem parte da construção do seu projeto de vida. O Programa de Educação Integral tem um currículo diferenciado e flexível, contando com as disciplinas obrigatórias e as disciplinas eletivas que são elencadas de acordo com a escolha dos/as estudantes conforme seu interesse e aptidão.

Considerações finais

Podemos considerar que tais medidas são válidas e importantes diante da realidade de tantos/as jovens que se encontravam excluídos do mundo da educação como um todo, no entanto, são medidas de cunho reformistas e não transformadoras. Isto porque no capitalismo, a educação é organizada em seus fins e em seus meios para atender os interesses da classe dominante. Em síntese, não se trata de um projeto de educação de caráter universal, pois tem como objetivo manter a exploração e a dominação do homem com interesses particulares em detrimento dos interesses de todos. O proletariado, por sua vez, tem como projeto acabar todo processo de eliminação de qualquer exploração e dominação de um ser humano pelo outro. Aparentemente, quem organiza os conteúdos, a grade curricular, a estrutura e o financiamento do sistema educacional é o Estado, porém, quem está por trás de todo esse processo é o capital. Portanto, a educação nesse sistema social do capital não pode ser emancipadora.

Em suma, diversos fatores vão caminhando para limitar a disputa em seu próprio empenho, forçando-os/as a buscar possibilidades, inclusive aqueles/as mais obstinados/as no princípio tendem a se tornar pragmáticos/as com o passar do tempo. Nesse cenário de massificação do ingresso no ensino superior, se observa pelas entrevistas, que tais inquietações falam menos sobre a disponibilidade dos/as jovens e mais sobre suas conjunturas e perspectivas.

Conforme Cunha (1975 apud Senkevics; Carvalho, 2023), a meritocracia é uma coluna das chamadas sociedades abertas, em que há possibilidade de ascensão social em razão de seu empenho, o que é garantido pelos princípios liberais do Estado. Teoricamente, o vestibular se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

encaixa nesse raciocínio, já que a competição que ele estimula depende da nota obtida pelo/a candidato/a nas avaliações. Todavia, o vestibular também produz uma gama de perdedores, compreendida como as sobras da concorrência que o nutre, em razão de seu caráter seletivo e excludente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. Serviço Social na Educação. **Boletim Eletrônico CRESS–SC**. Edição 81, 2021. Disponível em: <https://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Boletim-81-Servi%C3%A7o-Social-na-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2024.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2023**. Brasília, DF: IBGE, 2023. Disponível em <https://loja.ibge.gov.br/pnad-continua-educac-o-2023.html>. Acesso em 22 ago. 2024.

KLEIN, A. M.; ARANTES, V. A. Projetos de vida de jovens estudantes do ensino médio e a escola. **Educação e realidade**, v. 41, n. 1, p. 135-154, 2016. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-31432016000100135&script=sci_abstract. Acesso em: 09 abr. 2024.

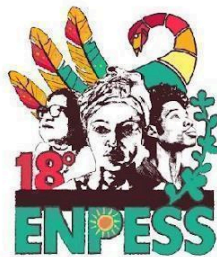
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Básica 2023**. Brasília, DF: MEC, INEP 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Programa Pé-de-meia**. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em: 22 ago. 2024

OLIVEIRA, R. C. de. O processo de construção da juventude como categoria social: notas sobre o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22701>. Acesso em: 09 abr. 2024

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n. 34, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2024.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Programas Escolas Cidadãs Integrais**. João Pessoa, PB, 2024. Disponível em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/programas/escolas-cidadas-integrais-1>.
Acesso em: 22 ago. 2024.

SENKEVICS, A. S.; CARVALHO, M. P. de. Juventude e acesso ao ensino superior: sobre o não lugar de vestibulando. **Educação em Revista**, v. 39, p. e41621, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469841621>. Acesso em: 29 ago. 2024

TONET, I. Educação e ontologia marxiana. 2009. In: **Histedbr** on-line, 04/2011. Disponível em <https://ivotonet.xp3.biz/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

TONET, I. **Concepção Ontológica de Trabalho e Educação**. Aula ministrada em Universidade Estadual Paulista, 23 de fevereiro de 2024.